



OS RASTROS DA MEMÓRIA EM *AINDA ESTOU AQUI*, DE MARCELO RUBENS PAIVA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem. 3525

Caroline Peres Martins, UEM

Weslei Roberto Candido, UEM

Resumo

Há uma profunda relação entre a memória coletiva e a memória individual, uma vez que toda memória, de acordo com Halbwachs é, em certa medida, coletiva. A presente comunicação, portanto, almeja discutir como a memória permite revisar o passado a partir de uma necessidade presente. Com a publicação da Lei da Anistia em 1979, os militares visaram encobrir as atrocidades cometidas por agentes de Estado durante o regime ditatorial no Brasil. A lei de Anistia era apenas uma das incontáveis tentativas de silenciamento impostas aos torturados, presos políticos e exilados. Com a abertura dos arquivos do DOPS e a criação da Comissão da Verdade, diversas publicações voltaram ao centro de interesse dos leitores. Exemplo dessa literatura é *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva. Para este trabalho, adotou-se a pesquisa bibliográfica, visando constatar como é construída a memória familiar dos Paiva, que buscam desconstruir a versão da história oficial, presente nos materiais da imprensa autorizada. Aspira-se, ainda, discutir como a doença de Mal de Alzheimer, que acomete a mãe do narrador e autor do livro, Eunice Paiva, pode ser compreendida como a metáfora de uma amnésia coletiva no Brasil. A pesquisa se pauta em autores como Aleida Assmann, Henri Bergson, Michel Pollak e, principalmente, em Maurice Halbwachs, todos preocupados em pensar o evento da memória pelo viés da coletividade e de seu papel na releitura do passado, oferecendo aos interlocutores uma versão dos fatos que mascarada pela historiografia oficial.

Palavras Chave:

Memória; Marcelo Rubens Paiva; Identidade; Ditadura.

Introdução

Os Estados Democráticos, desde o holocausto, possuem a função de lidar com as marcas das graves violações de direitos humanos em regimes totalitários. Essas funções são basicamente quatro, conforme afirma Mezarobba (2009): o dever de justiça (identificar, punir e processar os culpados); o dever de reparar simbolicamente os danos ocasionados a essas vítimas (elaborar materiais didáticos que abordem tais violações, etc.) e o dever da verdade, que seria reconstruir a história, por meio das narrativas das vítimas, o que pode ser feito, por exemplo, em uma comissão da verdade ou a abertura dos arquivos.

Nesse sentido, no Brasil, a partir do estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade e a abertura dos arquivos do DOPS, que possuía a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos exercidas durante o regime militar, para estabilizar o direito à memória, mesmo que não pretendesse punir qualquer violador de direitos humanos, fez com que o Estado assumisse, oficialmente, a autoria dos crimes praticados no período que vigorou esse regime. A criação dessa Comissão também propiciou que publicações que abordassem a temática em questão, retornassem ao âmbito de interesse, como é o caso de *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva.

O narrador autodiegético, com um olhar retrospecto, visa conservar a história de seu pai e desconstruir a versão presente nos materiais de imprensa autorizada, no que tange ao caso do deputado Rubens Paiva, preso, torturado, morto e desaparecido em janeiro de 1971. A partir da publicação da Lei da Anistia em 1979, forçou-se o pacto pelo esquecimento e pelo silêncio, institucionalizado, em nome de uma suposta reconciliação nacional. Para isso, elaborou-se meios a fim de ocultar as severidades constatadas nos anos de repressão, por meio de múltiplas tentativas

de apagamento das memórias individuais e coletivas. O narrador almeja, ainda, discutir a forma como a doença de Mal de Alzheimer, que acomete a mãe do narrador e autor do livro, Eunice Paiva, pode ser entendida como uma metáfora da amnésia coletiva que existe no Brasil quando nos referimos à ditadura.

Esta pesquisa propõe uma revisão bibliográfica, a fim de elucidar o material literário de *Ainda estou aqui* (2015), a partir dos estudos acerca da memória, sobretudo aqueles que debatem o aspecto coletivo dos atos “mnésicos”, dado que eles sustentarão o percurso pelas estratégias da narrativa de resguardo do passado por meio do discurso literário, de cunho biográfico, que é a narrativa de Marcelo Rubens Paiva.

Revisão bibliográfica

Para o presente estudo, selecionamos textos que abordam a memória a partir de sua perspectiva coletiva, para averiguar como ela é construída no plano privado dos cidadãos, que são atingidos por episódios políticos traumáticos. Assim, a trajetória que se indica é a da construção das memórias coletivas, bem como a de humanização dos indivíduos por meio da narrativa memorialística, local em que suas vozes, por tantas vezes silenciadas, podem se manifestar.

Bergson (1999) percebe aquilo que chamamos de “memória”, como resultado de um processo de relações entre a lembrança pura, a lembrança imagem e a percepção:

Distinguimos três termos, a lembrança pura, a lembrança – imagem e a percepção, dos quais nenhum se produz, na realidade, isoladamente. A percepção não é jamais um simples contato do espírito com o objeto presente; está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a completam, interpretando-a. A lembrança- imagem, por sua vez, participa da “lembrança pura” que

ela começa a materializar e da percepção na qual tende a se encarnar: considerada desse último ponto de vista, ela poderia ser definida como uma percepção nascente. Enfim, a lembrança pura, certamente independente de direito, não se manifesta normalmente a não ser na imagem colorida e viva que a revela (BERGSON, 1999, p.155-156).

Dessa maneira, não existe a possibilidade de definir a origem e o término dos processos descritos no excerto, por essa razão, o autor desalinha a percepção da memória somente como uma categoria de armazenamento. A noção bergsoniana de imagem também é primordial para compreender o modo intrínseco de memória e percepção, enfatizando a fusão entre memória e espírito, noção que persuadiu o discurso literário. Entretanto, Maurice Halbwachs rejeita essa teoria ao considerar que as vivências do passado estavam materializadas na sociedade e não em nossos corpos ou mentes.

Nesse cenário, Halbwachs (1990) cunha o termo memória coletiva, ao considerar que existe uma íntima ligação entre a memória coletiva e a memória individual, dado que a memória individual é um panorama sobre a coletiva. As memórias de um indivíduo não são somente suas e uma lembrança, mesmo que individual, pode ser elucidada pelas modificações que ocasiona nas relações com diferentes meios coletivos, pois não existe memória que não se desenvolva em um quadro social. Isto é, nenhuma lembrança pode existir afastada de um grupo ou sociedade.

Para o autor, a memória coletiva é crucial para a coesão social, pois possui uma adesão afetiva, no qual membros de um grupo constroem sua narrativa sobre um passado em comum, por isso, a memória atua como um processo social de reorganizar o passado, vivenciado por certa comunidade. Esse passado se diferencia da história, já que ela faz menção apenas aos fatos, sem considerar

os sentimentos experimentados pelos indivíduos em determinado momento.

Em *Ainda estou aqui* (2015), isso pode ser constatado quando o narrador tece considerações sobre tal livro memorialístico, para resguardar a imagem de seu pai e para atribuir novos significados a história oficial a partir de um dado presente, por meio de suas memórias familiares:

(...) Histórias são recuperadas. Um puxam outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências. Faço uma releitura da releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi (PAIVA, 2015, p.35).

Nesse sentido, para discutir as particularidades das ditaduras na América Latina, Seligmann-Silva (2003) aborda a figura do desaparecido, o que torna ainda mais intricado as manifestações políticas relativas à memória. Esses atos desfazem as possibilidades de luto e ao invés de termos uma herança viva, os traumas do passado são tidos como superados, por terem sido expostos pela mídia, o que afasta o passado, a culpa e a responsabilidade. Ainda segundo o autor, isso impossibilita o despontamento de um movimento disposto a elucidar o paradeiro das vítimas e, por isso, no Brasil, apagamento, esquecimento e impunidade aos responsáveis pelas graves violações de direitos humanos, possuem uma relação desigual.

A fim de ilustrar o drama vivenciado pelas famílias diante da figura do desaparecido o narrador de *Ainda estou aqui* (2015), afirma:

Os familiares dos desaparecidos viviam num limbo civil, além de emocional (...). Não sabíamos nem a data em que deveríamos decretar como o dia da morte. Repare que usei a expressão “desaparecido a partir de”, e não “morto em”. Meu pai foi preso no dia 20 de janeiro. Estava morto na noite do 21 para o 22 de janeiro. Para nós, da família, a data da sua morte é 20 de janeiro. Só

recentemente soubemos que ele morreu entre 21 e 22 (PAIVA, 2015, p.194).

Nesse cenário, as observações de Pollak (1989) também são pertinentes para diversos países latino-americanos, dado que eles também sofreram com regimes ditatoriais. Para o autor, há um encolhimento acerca das lembranças de crimes e eventos traumáticos, por isso, ele discorre sobre o final da Segunda Guerra Mundial, que colide com a Ditadura Militar no Brasil, de certo modo, visto que ambos os regimes foram marcados pela forte opressão contra grupos que contestavam o governo vigente. Por essa razão, as memórias ficavam retidas, devido ao fato do silêncio ser imposto e em decorrência da própria lembrança traumatizante. A partir da modificação dos atores sociais no plano de poder, essas memórias puderam ser expostas, após serem silenciadas por tanto tempo.

No caso específico do Brasil, em que a passagem da ditadura aconteceu de maneira lenta e gradual, sem julgar os agentes de Estado responsáveis pelas violações de direitos humanos, reforçados pela promulgação da Lei da Anistia, em 1979, estabeleceu-se meios de impor o silêncio e o esquecimento, para uma suposta reconciliação nacional, em que os truculentos anos de repressão pudessem ser harmonizados. Ao discorrer sobre um pequeno relato da mãe que se encontrava presa no DOI-Codi, localizado no Rio de Janeiro, o narrador autodiegético demonstra os efeitos de uma lembrança traumatizante, que concomitantemente as imposições do Estado, impôs o silêncio a Eunice Paiva: “se esqueceu de muito, ou não quis falar, ou não quis relembrar” (PAIVA, 2015, p.142).

Dessa forma, segundo Assmann (2011), o trauma é a impossibilidade de narrar, dado que, de modo geral, aqueles que presenciaram um evento traumático não são capazes de falar, visto que esses acontecimentos geram o impedimento da experiência do processamento linguístico, assim o como o interpretativo, logo se fala

em impossibilidade de narração, “as palavras incorporam o trauma nelas” (ASSMANN, 2011, p.277). Por essa razão, a autora afirma que narrativa opera como um dos estabilizadores da memória.

Posto isto, é importante ressaltar que Seligmann-Silva (2008), compactua com a tese apresentada por Assmann (2011), pois ele acredita que a experiência traumática é “única” e “insubstituível”.

Análise da obra

Com base na revisão bibliográfica proposta, pretende-se discutir a forma como o narrador Marcelo Rubens Paiva, em *Ainda estou aqui* (2015) tem a intenção de perpetuar a memória que envolve a sua família. A escrita transforma-se em um meio para se buscar respostas no passado.

Nessa perspectiva, a memória também concerne à preservação do passado, a partir de uma necessidade presente. Por isso, o texto se transfigura como uma espécie de material, que pode ser examinado com frequência, para encontrar respostas as indagações que o texto historiográfico, que se encontrava a serviço do Estado, ocultou. Dessa maneira, a memória aponta para outra visão, diferente da estabelecida pela história oficial no que se refere à ditadura e, principalmente, ao desaparecimento do deputado cassado Rubens Paiva.

O memorando se envolve afetivamente aos eventos, segundo Halswachs (1990), o que faz com que a memória se aproxime da ficção e do testemunho pessoal. Isso faz com que a memória não seja plenamente confiável e ocasione determinada ficcionalização dos fatos, dado que ela não se vincula à verdade nos mesmos termos em que o discurso da História se propõe a fazer.

No momento em que o narrador sugere avaliar o desaparecimento de Rubens Paiva, pretende reexaminar esse episódio, a partir de memórias familiares. Por esse motivo, é necessário preservar o que resta da memória de Eunice Paiva, que

sofre com a doença progressiva do mal de Alzheimer e que, na obra, transmuta-se em uma grande metáfora: a da amnésia coletiva existente no Brasil, no que tange a ditadura militar.

Ao relatar suas experiências, o narrador conduz o leitor a indagações acerca de certas verdades difundidas pelos órgãos de segurança, que afirmavam que Rubens Paiva havia sido sequestrado por desconhecidos, após dois dias de sua prisão. O memorialista utilizou como estratégia a publicação da peça jurídica, que pedia a reabertura do processo que tratava de Rubens Paiva. Dessa forma, a memória se faz viva e requisita para si a justiça renegada à sua família.

Nessa conjuntura, a memória presente *Ainda estou aqui* (2015) é afetiva, mas ao mesmo tempo traumática, de modo a reivindicar do memorialista o ofício de vasculhar o passado e experimentar as dores motivadas pela separação familiar em decorrência do que ocorreu em janeiro de 1971. Por isso, Marcelo R. Paiva se inspira na figura da mãe, pois tem em Eunice o exemplo máximo de luta contra a ditadura e, já que essa luta se encerrou, ela não pode mais falar, visto que está sumindo em vida graças à doença, ele assume sua função de pai de sua mãe e ao mesmo tempo tutor, para instaurar em seu texto uma descrição da luta que sua mãe precisou abandonar. Portanto, a narrativa se torna um ambiente no qual é possível pleitear direitos, especialmente, o de memória.

Considerações finais

A partir do exame realizado na obra *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, por meio de uma revisão bibliográfica, baseada em autores como Aleida Assmann, Henri Bergson, Márcio Seligmann-Silva, Michel Pollak, bem como Maurice Halbwachs, foi possível constatar que a memória ajuda a rever o passado a partir de uma instância presente, que se sucede no bojo de uma remodelação dos atores sociais.

Nesse âmbito, é necessário

destacar que Aleida Assmann não corrobora com a ideia de que a memória é ativada, permanentemente, por uma precisão presente. A autora observa que a memória possui seu valor pelo que ocorreu no passado, pois defende a noção de que essa superestima do presente sobre os atos da recordação inclina-se a vulgarizar a memória ou fazer com que ela viva somente em função de um tempo em que não está fixada.

Após duas décadas de luta dos familiares de mortos e desaparecidos, que reivindicavam o esclarecimento dos crimes que ocorrem durante o regime militar, houve a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade em 2014, ao lado da abertura dos arquivos do DOPS, bem como a admissão oficial dos crimes cometidos durante esse período, por parte de agentes de Estado. Nesse plano, o narrador Marcelo Rubens Paiva, inconformado com o direcionamento dado pelo governo ao processo sobre a morte de seu pai, escreve sua obra memorialística, para preservar e requerer justiça por um assassinato que nunca foi, realmente, julgado. Por isso, o narrador revisa os episódios ocorridos no primeiro mês de 1971, no que toca à prisão e ao desaparecimento do pai, para contestar à versão oficial da história, desnudando-a, visto que não podemos segregar nossas lembranças familiares como aponta Halbwachs (2004, p.43), “(...) é no quadro da família que a imagem se situa”, ainda que suas memórias familiares possam ser rebatidas devido à contiguidade existente entre memória e ficção, conforme já foi discutido.

Também é possível constatar que a doença progressiva e degenerativa que acomete Eunice, pode ser considerada, deveras, como a enorme metáfora do grande esquecimento coletivo que atinge a sociedade brasileira no que se refere aos governos totalitários do regime militar e todas as atrocidades cometidas por agentes de Estado, por exemplo, a implantação da tortura como política estatal. Ademais, também é importante

ênfatizar que todos esses agentes foram beneficiados pelo silêncio institucionalizado imposto pelo Estado brasileiro a partir da Lei da Anistia, do mesmo modo que se impôs o esquecimento e o apagamento das memórias individuais.

Assim, é possível assegurar que a obra memorialística discutida é um material prestado, que pode ser consultado com frequência, devido ao fato de retratar acontecimentos a partir de uma ótica que rebate a da história oficial, encontrada em diversos meios, em atenção ao funcionamento da memória como um processo social de remodelação do passado, vivenciado por certo grupo ou sociedade, tendo em vista que a memória individual é uma perspectiva sobre a memória coletiva e não existe memória coletiva que não se desenvolva em um quadro social.

Referências

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformação da memória cultural. Tradução: Paul Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês V. P (et all). **Memória e verdade**: a justiça de transição no Estado Democrático Brasileiro. BH: Forum, 2009, p. 37-54.
- PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SILVA, Márcio Seligmann (Org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma**: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psicologia clínica, v. 20, n. 1, 2008, p. 65-82.